

UM INTELLECTUAL E A POLÍTICA: VITORINO NEMÉSIO AN INTELLECTUAL AND POLITICS: VITORINO NEMÉSIO

PAULO DRUMOND BRAGA
Universidade Aberta, Centro de Estudos Globais
pdrumondb@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5043-8236>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/10/2024
Texto aprovado em / Text approved on: 28/01/2025

Resumo

Durante a ditadura militar e os albores do Estado Novo, Vitorino Nemésio, claramente um opositor, não teve qualquer ativismo político de relevo. Gradualmente deixou, decerto por questões de sobrevivência, de se empenhar em mudanças políticas, embora tenha tomado uma ou outra atitude menos consentânea com um apoio indefetível ao regime, mas nunca com um envolvimento que lhe pudesse trazer dissabores de maior. Foi-se tornando uma figura benquista do Estado Novo, ao ponto de ter exercido um cargo de confiança política. Tendo saudado a queda do Estado Novo, a Vitorino Nemésio desagradou o rumo que o país seguiu, sobretudo depois de março de 1975, defendendo a adoção de um modelo semelhante ao das democracias da Europa Ocidental.

Palavras-chave

Vitorino Nemésio; Ditadura Militar; Estado Novo; 25 de abril de 1974; intelectuais.

Abstract

During the military dictatorship and the early days of the Estado Novo, Vitorino Nemésio, clearly an oppositionist, did not have any significant activism. Gradually, probably for reasons of survival, he stopped committing himself to political changes. The regime appointed him to a position of political trust at the University of Lisbon. Having welcomed the fall of the Estado Novo (1974), Vitorino Nemésio was unhappy with the path the country followed, especially after March 1975, and advocated the adoption of a model similar to those of the Western Europe democracies.

Keywords

Vitorino Nemésio; Portuguese Military Dictatorship; Estado Novo; April 25 1974; intellectuals.

Esboço biográfico

Vitorino Nemésio Mendes Pinheiro da Silva (Praia da Vitória, ilha Terceira, 19 de dezembro de 1901 – Lisboa, 20 de fevereiro de 1978) foi provavelmente um dos açorianos mais conhecidos de sempre⁽¹⁾. Filho de um comerciante e músico amador, frequentou a escola primária na Praia da Vitória e, a partir de 1912, o Liceu de Angra. Aqui contactou com nomes de algum peso no panorama cultural da cidade, como Gervásio Lima, Jaime Brasil e Luís da Silva Ribeiro. Tal permitiu-lhe, a publicação, em 1916, do seu primeiro livro, *Canto Matinal*, um conjunto de poemas. Entre 1916 e 1919, dirigiu, em Angra, a revista literária *Estrela d'Alva*.

Em 1918, concluiu, na Horta, o curso geral dos liceus. Iniciou depois o serviço militar na arma de Infantaria, inicialmente em Angra e, em 1919, em Lisboa, onde começou a colaborar com o jornal *A Pátria*. Em 1922, concluiu o sétimo ano no Liceu José Falcão, em Coimbra, inscrevendo-se, na mesma cidade, na Faculdade de Direito. Entretanto, em 1923, convidado por Joaquim de Carvalho, iniciou funções como revisor na Imprensa da Universidade de Coimbra, o que foi relevante para poder pagar os estudos. Desistiu entretanto de Direito e mudou para Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras, e, em 1924, para Filologia

(1) Sigo, neste brevíssimo esboço biobibliográfico, Garcia 1978; Ferreira 1987; Ferreira 1997; Morna 1999; Esquível 1996; Júdice 2000; Morna, Duarte, Vasconcelos 2001; Valdemar 2002.

Românica, na mesma escola. Nesses anos de Coimbra acamaradou com Branquinho da Fonseca, Fernando Santos Costa, João Gaspar Simões, Manuel Lopes de Almeida, Paulo Quintela, Sílvio Lima e outros. Em 1971, não deixou de elogiar as aulas recebidas de Paulo Merêa, em Direito, de Gonçalves Cerejeira, em História, e de Carolina Michaelis de Vasconcelos, em Românicas (Nemésio 1971: XXXV).

Em 1930, transferiu-se para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde, no ano seguinte, concluiu o curso de Filologia Românica, com elevadas classificações. Em 1933, deu início à carreira docente na mesma escola, como professor auxiliar. No ano seguinte, doutorou-se em Letras com a tese *A mocidade de Herculano até à volta do exílio*. Mas, não sendo renovado o seu contrato de docência, foi leitor de português em Montpellier (1935-1936) e depois em Bruxelas (1937-1938), ficando para sempre com uma profunda marca cultural francesa e francófona. De regresso a Portugal, prestou provas na sua *alma mater* como professor extraordinário (1938), com uma dissertação sobre *Relações francesas do romantismo português* e uma lição sobre a *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Ascendeu a professor auxiliar efetivo (1939) e depois a catedrático (1940).

Em seu torno, e de um outro colega mais velho, Hernâni Cidade – que lhe orientara o doutoramento – formou-se, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a chamada família românica, de que fizeram parte, entre outros, André Crabbé Rocha, António Machado Pires, David Mourão-Ferreira, Jacinto do Prado Coelho, Luís Filipe Lindley Cintra, Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria de Lurdes Belchior Pontes e Maria Vitalina Leal de Matos. Ao longo de cerca de três décadas, Vitorino Nemésio lecionou várias cadeiras de história da cultura, literatura e linguística, deixando fama de um docente aliciante mas pouco convencional. Jubilou-se em 1971.

Colaborou com numerosos periódicos, como *O Instituto*, *Seara Nova*, *Panorama*, *Colóquio / Letras*, *Tríptico*, *Vértice* e outros, além de ter fundado e dirigido a *Revista de Portugal* (1937-1940), que se pretendia uma alternativa à *Presença*. Cedo enveredou pelo jornalismo e ao longo dos anos escreveu para títulos tão diversos como *A Batalha*, *O Diabo*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, *A Luta*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e outros. Foi palestrante na Emissora Nacional e, de abril de 1969 a outubro de 1975, apresentou o programa televisivo *Se bem me lembro*. Ambos contribuíram para popularizar a sua figura.

Morreu em 20 de fevereiro de 1978, no Hospital da CUF, em Lisboa, tendo sido sepultado no cemitério da freguesia de Santo António de Olivais, em Coimbra, cidade em cujos arredores tinha uma casa que lhe servia para passar largas temporadas. Correspondendo a um desejo manifestado dias antes a um dos filhos, os sinos tocaram a aleluia em vez do dobre a finados.

Uma obra vasta e multifacetada

No dizer expressivo de alguém que lhe foi próximo, David Mourão Ferreira, o «talento multiforme» de Vitorino Nemésio «teria dado, à vontade, para mais dez autores, e todos eles de primeira água» (Ferreira 1987: 25-26). Acima de tudo, foi um poeta, tendo publicado *Canto matinal* (1916), *Nave etérea* (1922), *O bicho harmonioso* (1938), *Eu, comovido a oeste* (1940), *Festa redonda* (1950), *Nem toda a morte a vida* (1953), *O pão e a culpa* (1955), *O verbo e a morte* (1959), *Canto de véspera* (1966), *Limite de idade* (1972), *Poemas brasileiros* (1972) e *Sapateia açoriana* (1976). Na prosa, onde já foi dito pertencer ao terceiro modernismo ou ser próximo do neorrealismo, salientam-se o livro de contos *Paço do milhafre* (1924) – reeditado em 1949 com outro título, *O mistério do paço do milhafre* –, assim como os romances *Varanda de Pilatos* (1926), *Mau tempo no canal* (1944) – sem dúvida o seu texto mais conhecido, constituindo, na opinião de alguns, com *Amor de Perdição* e *Os Maias*, uma das três obras primas do romance português – e *Quatro prisões debaixo de armas* (1971). Publicou ainda crónicas de viagens, como *Corsário das ilhas* (1956), *Viagens ao pé da porta* (1965) e *Caatinga e terra caída* (1968), assim como recolhas de textos dispersos, nomeadamente *Sob os signos de agora* (1932), *Jornal do Observador* (1974) e *Era do átomo e crise do homem* (1976). Como historiador – ainda que com características muito próprias – e biógrafo, são de citar *A mocidade de Herculano até à volta do exílio* (1934), *Isabel de Aragão, rainha santa* (1936), *O segredo de Ouro Preto* (1954) e *Vida e obra do infante D. Henrique* (1959).

Os Açores estiveram sempre presentes na sua obra e o próprio Vitorino Nemésio forjou, em 1932, o conceito de açorianidade – influenciado pelo de *hispanidad*, de Miguel de Unamuno –, ao considerar como características individualizadoras do açoriano «o apego à terra» e «o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar» (Gouveia 1986: 401-402).

Vitorino Nemésio, a ditadura militar e o Estado Novo

Tendo nascido nos finais da Monarquia constitucional, Vitorino Nemésio foi desde cedo republicano, o que poderá ser explicado pelo contacto mantido com vários intelectuais desse matiz político em Angra, Coimbra e Lisboa. Sem surpresa, foi iniciado na Maçonaria em 1923, na loja *A Revolta*, de Coimbra, com o nome simbólico Manuel Bernardes. No ano seguinte, atingiu o grau três (Marques 1986: 1023; Ventura 2012: 653).

Com a implantação da ditadura militar, na sequência do golpe de 28 de maio de 1926, enfileirou entre os opositoristas. Em abril de 1927, com Carlos Cal Brandão, Paulo Quintela e Sílvio Lima, reativou o Centro Republicano Académico de Coimbra e lançou o jornal *Gente Nova*, em cujo primeiro número se anunciou o desejo de definir em que «princípios basilares se sustenta uma consciência cívica» (*Gente Nova* 9 de abril de 1927: 1). Vivia-se então o rescaldo da primeira tentativa de derrube da ditadura militar, a única que a fez verdadeiramente tremer, ocorrida em fevereiro desse mesmo ano (Farinha 1998: 29-73; Faria 2000; Pimentel 2013: 51-68).

Em carta a Miguel de Unamuno, datada de maio de 1929, classificou o regime político que então se vivia em Portugal como «miserável» e referiu-se à *Seara Nova* como uma revista que «se bate pela liberdade de expressão», acrescentando que alguns dos seus colaboradores, Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Brandão, estavam então exilados por motivos políticos (Dios 1978: 239-243). Em novembro de 1931, comentou com o mesmo Unamuno que Portugal se achava então uma «agonia de retábulo», acrescentando: «Aqui, a questão nacional parece ser só política, atrasada e epidermicamente política. Por baixo disto não bole uma folha, não range um osso» (Dios 1978: 253).

O Estado Novo, regime saído da ditadura militar e institucionalizado em 1933, continuou a tê-lo como opositor. Em agosto de 1935, em carta a Aquilino Ribeiro, referiu-se a Paulo Quintela como «rapaz de grandes recursos, um dos muitos que esta gente procura meter no fundo» (Lisboa, BNP, ACPC, Espólio D11, documento 4833). Ao mesmo destinatário lamentou, em fevereiro de 1936, que os nomes de maior relevo na cena literária portuguesa fossem figuras benquistas do Estado Novo, como o 2.º conde de Aurora, Alfredo Pimenta, João Ameal, Mário Beirão e Nuno de Montemor, interrogando-se como é que se tinha passado «em menos de cinquenta anos, de Eça e [Oliveira] Martins a [Nuno

de] Montemor e [João] Ameal» (BNP, ACPC, Espólio D11, documento 4834). Em agosto de 1935, Vitorino Nemésio verberou, em carta a Rodrigues Lapa, o afastamento deste do corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Marques 1987: 65) e em janeiro de 1936, lamentou ao mesmo destinatário o desaparecimento do jornal *Bandarra* – dirigido por António Ferro, que durou somente dez meses – comentando: «E então a ‘política do ESPÍRITO’?...» (Marques 1987: 68). Tratava-se de uma farpa certeira ao mesmo António Ferro e à sua ação à frente do Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933 e cuja ação se repercutiu nas artes plásticas e na produção literária, mas igualmente no bailado, no cinema, na rádio, no teatro e no turismo (Ó 1999; Acciaiuoli 2013; Alves 2013). Em maio de 1936, em carta a Adolfo Casais Monteiro, foi muito claro: «Então o Ferro há de poder tripudiar e arbitrar a literatura?» (BNP, ACPC, Espólio 15, documento 2447).

Nesse mesmo mês, desabafou no seu diário:

O estado de espírito criado em Portugal há dez anos esmaga-nos. [...] Hei de falar um dia, alto e bom som, sobre estes dez anos em que os rapazes da minha idade tiveram a vida cortada pela mais odiosa e vil das tiranias; os dez anos em que fomos súbditos (Morna, Duarte, Vasconcelos 2001: 174).

É possível que o seu posicionamento político tenha sido a principal causa pelo atraso ocorrido na progressão na carreira académica, mas tal pode também ter tido que ver com as habituais rivalidades entre as Universidades de Lisboa e de Coimbra, sendo Vitorino Nemésio visto como um produto da segunda que pretendia singrar na primeira.

Atente-se ao desenrolar dos acontecimentos: em fevereiro de 1935, não vendo renovado o seu contrato como professor auxiliar, rumou ao estrangeiro. Em abril desse ano, confessou a Aquilino Ribeiro: «Entretanto roo a bolsa que a Junta me dá e que não sei se os árgus do Estado Novo resolverão tirar-me» (BNP, ACPC, Espólio D11, documento 4832)⁽²⁾. É, aliás, revelador que, em março de 1936, o diretor geral do ensino superior e das belas-artes, João Pereira Dias, tenha solicitado à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) – mais

(2) A Junta Nacional de Educação era a responsável pelos leitorados de português no estrangeiro. Em 1936 passou a chamar-se Instituto para a Alta Cultura.

tarde, denominada Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) – informações sobre Vitorino Nemésio. A resposta foi clara: «é uma pessoa para quem a atual situação política não é nada simpática. Faz parte do grupo de intelectuais de tendências avançadas». Em novembro de 1937, o posto de Vilar Formoso da referida polícia era encarregado de verificar «discretamente» e «sem levantar a menor suspeita», a bagagem trazida pelo escritor numa das suas frequentes entradas em Portugal. Durante a sua estada em Bruxelas, a PVDE vigiou-o. Em fevereiro de 1938, foi revelado que Vitorino Nemésio se dizia «perseguido político». Posteriormente foram referidos os seus contactos com Etienne Vauthier, conservador da biblioteca real, «que é um comunista militante» (Lisboa, ANTT, PIDE / DGS, Serviços Centrais, proc. 7393). Em janeiro de 1939, Salazar recebeu do encarregado de negócios de Portugal em Bruxelas, António de Séves, informações provenientes da polícia política, a respeito de vários lusos residentes na capital belga. De Vitorino Nemésio – que, à data, estava já a residir definitivamente em Portugal – diz-se ser uma «pessoa enigmática», que «frequenta toda a casta vermelha» da Universidade de Bruxelas, assinalando-se, contudo, que «é muito prudente», por receio de ser expulso da escola onde lecionava (ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Negócios Estrangeiros-4B, caixa 376, pasta 2).

Só conseguiu prestar provas como professor extraordinário em novembro de 1938 – recorde-se que o concurso tinha sido aberto em novembro de 1935 – e só em outubro do ano seguinte foi provido como professor auxiliar efetivo (Morna, Duarte, Vasconcelos 2001: 58; Prista 2013: 1028-1029). Existe, no espólio de Vitorino Nemésio, o rascunho de uma missiva a Salazar, que provavelmente não chegou a ser enviada. É datável de pouco depois da prestação das provas e o autor recordou ter sido «particularmente informado» de que a sua nomeação como professor auxiliar efetivo «se não faria por terem surgido suspeitas sobre a minha conduta política». Disse-se convencido ter essa suspeição sido suscitada por um artigo de jornal «em que se insinuava que na lição de concurso eu revelara sentimentos anti-nacionais». Recordou que o tema da sua lição tinha sido a *Mensagem*, de Fernando Pessoa, classificada como «ciclo de poemas de inspiração nacionalista» e argumentou ser absurdo admitir «que um candidato a quem se pede uma lição de história literária, objeto de meros juízos culturais e estéticos, escolha um caminho expositivo que o coloque em oposição com os princípios do Estado que o admitiu». E, em jeito de conclusão, assinalou:

A minha atuação nunca foi suspeita ou dissolvente. Trabalho na defesa dos valores do espírito europeu e cristão e no respeito das tradições e leis do meu país. Estou certo que V. Ex.^a não consentirá que um homem nesta condição fique sem pão e sem verdadeiro foro de português (BNP, ACPC, Espólio 11, caixa 96, documento não numerado).

Comentando, em cartas particulares a Aquilino Ribeiro (BNP, ACPC, Espólio D11, documento 4834) e a Adolfo Casais Monteiro (BNP, ACPC, Espólio 15, documento 2444), os problemas tidos para progredir na carreira, Vitorino Nemésio considerou que os seus principais inimigos na faculdade eram Agostinho Fortes, da área da História, João Matos Romão, de Filosofia, e Gustavo Cordeiro Ramos, de Germânicas.

Em junho de 1937, lamentou, dirigindo-se a Adolfo Casais Monteiro, a morte da «única pessoa que naquela coisa de Letras de Lisboa tinha verdadeiro e constante calor por mim» (BNP, ACPC, Espólio 15, documento 2450), a saber, João da Silva Correia, antigo diretor da faculdade. Mais tarde, em missiva não datada ao mesmo destinatário, disse-se agradado por ter tomado conhecimento que Agostinho de Campos, catedrático de Filologia Românica, aceitara integrar o júri das provas, «50% hostil à minha candidatura», vendo na respetiva presença uma «forte probabilidade de aprovação» (BNP, ACPC, Espólio 15, documento 2453).

Uma gradual mudança de posição

A partir de certo momento, Vitorino Nemésio silenciou progressivamente a sua postura de opositor, provavelmente para não prejudicar a principal fonte de sustento. É verdade que recebia direitos de autor e era pago pela sua colaboração na imprensa, quer a escrita quer a falada. Em outubro de 1945, Alfredo Pimenta queixava-se a Salazar que o autor de *Mau tempo no canal* pontificava «na Emissora Nacional, bem instalado, a ganhar o que eu jamais ganhei» (Cruz 2008: 229). Mas o rendimento certo e regular provinha da cátedra, a custo atingida, e da qual podia ser removido por motivos políticos, como se tinha visto com Rodrigues Lapa (1935) e se iria continuar a ver com outros lentes, como por exemplo, Bento de Jesus Caraça e Mário de Azevedo Gomes (1946) (Rosas, Sizifredo 2013).

Recorde-se que Vitorino Nemésio era, há alguns anos, pai de família, já que desposara, em Coimbra, em 12 de fevereiro de 1926, Gabriela

Monjardino de Azevedo Gomes, de quem teve quatro filhos⁽³⁾. A mulher não deixou de contribuir para o orçamento familiar, dando explicações de francês e fazendo traduções de livros escritos em francês e em inglês (Valdemar 2002: 110).

Adivinha-se relativamente cedo essa mudança no comportamento de Vitorino Nemésio. Numa carta a Adolfo Casais Monteiro, datada de maio de 1936, o desabafo foi claro:

Aí por 1927 ainda eu tinha uma certa vocação para fazer o que devia. Depois, manhosamente, o tempo e as circunstâncias foram-me depenando por doses. Nasceram-me filhos; criei o chamado bom senso; adaptei-me um pouco ao esplêndido isolamento. A verdade é que o instinto de conservação tem uma larga rede de astúcias. A consciência vingava-se depois gritando-nos que nem por termos sido moles nos poupamos menos. Se não fomos para Timor, ficámos amordaçados, o que naturalmente é pior (BNP, Espólio 15, documento 2447).

Ainda assim, em outubro de 1945, no rescaldo do fim da Segunda Guerra Mundial, quando muitos julgaram que o fim do nazismo e do fascismo acarretaria a democratização de Portugal, Vitorino Nemésio participou num encontro no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, de onde veio a sair o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Em novembro seguinte, assinou um manifesto de intelectuais aderindo aos princípios defendidos pela referida organização, acompanhando nomes como Alves Redol, Aquilino Ribeiro, Bento de Jesus Caraça, Fernando Lopes Graça, Ferreira de Castro, Hernâni Cidade, Irene Lisboa, José Régio e Júlio Pomar. Num documento do MUD Juvenil, onde se leem as assinaturas, entre outros, de Francisco Salgado Zenha, Mário Sacramento e Mário Soares, inclui-se Vitorino Nemésio entre os mestres que «afirmaram desde logo as suas convicções». Todas estas informações constam do seu processo na PIDE (ANTT, PIDE / DGS, Serviços Centrais, proc. 7393). De qualquer forma, o seu nome nunca apareceu entre os responsáveis do MUD (Silva 1994; Pimentel 2013: 218-246). Mas, anos depois, em 1964, quando foi convidado a deslocar-se ao Brasil junto com outros intelectuais, a polícia política não deixou de recordar: «dos seus

(3) Georgina (nascida em novembro de 1926), Jorge (março de 1929), Manuel (julho de 1930) e Ana Paula (dezembro de 1931).

antecedentes políticos pode concluir-se que se trata de um adversário da política do governo, embora sem grande atividade» (ANTT, PIDE / DGS, Serviços Centrais, proc. 7393).

Em maio de 1953, em carta particular a José Manuel da Costa – diretor do Secretariado Nacional de Informação (SNI) –, Vitorino Nemésio pareceu sintetizar o seu posicionamento político. Salazar recebeu este excerto da missiva:

Desejo cada vez mais acabar com possíveis e prolongados equívocos quanto à minha atitude de português perante as coisas cívicas, necessariamente ligadas a um Estado cuja estrutura e ética, ainda que não fossem rigorosamente e em tudo conformes aos meus ideais, são o instrumento positivamente irrecusável de uma gestão política historicamente redentora, levada a cabo por um homem cuja personalidade é há anos um dos focos espirituais que mais me solicitam e revolvem. Não vem para o caso o debate que vivo comigo mesmo – em boa parte sob essa irreversível irradiação pessoal de Salazar – em ordem a rever e explicitar o meu mundo de ideias e crenças (ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Particular, 191).

Entretanto, Vitorino Nemésio tinha-se tornado amigo pessoal de Marcelo Caetano e alguma correspondência entre ambos revela apreço mútuo. Em março de 1942, o primeiro agradeceu ao segundo «todas as gentilezas recebidas» por parte do Instituto de Alta Cultura – referia-se aos seus leitorados em França e na Bélgica – louvando a respetiva «obra de expansão cultural»⁽⁴⁾. Em setembro de 1944, felicitou o mesmo político pela sua ascensão a ministro das Colónias⁽⁵⁾. O que viria a ser o sucessor de Salazar agradeceu, esclarecendo: «Mas em verdade lhe digo que trocava todas as ilusórias galas da vida publica pela gloria de ter escrito *o Mau Tempo no Canal!*» (BNP, ACP, Espolio 11, caixa 6, doc. 979). Em outubro de 1956, Vitorino Nemésio comentou um discurso proferido por esses dias pelo amigo:

Os fados mantêm-me longe dos cuidados da coisa pública, mas isso não me impede de apreciar a largueza civil, a lucidez extrema de

(4) ANTT, Arquivo Marcelo Caetano, caixa 140, Correspondência. Nemésio, Vitorino, n.º 1.

(5) ANTT, Arquivo Marcelo Caetano, caixa 140, Correspondência. Nemésio, Vitorino, n.º 3.

quem, como o Professor Marcelo Caetano, não amando também o poder em si mesmo, o aceita com inteireza de dedicação e o exerce com tal seriedade. [...] As suas notas políticas aparecem-me, sobretudo, como uma doutrina cívica isenta de sectarismos, verdadeiramente ajustada às nossas realidades e capaz de ser partilhada por todo o português sem paixão (ANTT, Arquivo Marcelo Caetano, caixa 140, Correspondência. Nemésio, Vitorino, n.º 6).

De 1956 a 1958, Vitorino Nemésio foi diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, lugar que era então de nomeação governamental, exigindo, pois, confiança política. Em finais de 1961, retratou, em carta a Salazar, essa sua experiência:

Fi-lo com o sentimento do dever de corporação e com autêntico ânimo de português o procurei cumprir. Essa experiência, porém, tal como me foi dada, convenceu-me de que não tenho, por temperamento, as qualidades requeridas para o bom rendimento das funções de direção e conselho com alguma dimensão política, talvez até porque no exercício delas não tive a fortuna de concitar o que reputo as condições mínimas de apoio e uma ação eficaz segundo os meus critérios (BNP, ACP, Espólio 11, caixa 32, doc. 6963).

Tal missiva serviu para declinar o convite que, em 8 de novembro desse ano, o próprio Salazar lhe endereçou, em carta pessoal e manuscrita, para ser procurador à Câmara Corporativa, representando «os interesses de ordem cultural», em substituição de João Ameal (BNP, ACP, Espólio 11, caixa 32, doc. 6962). Era mais uma prova de que, nos alvares dos anos 60, Vitorino Nemésio era *persona grata* ao Estado Novo.

A sua correspondência com o ditador não foi regular. No Natal de 1957, endereçou a Salazar um postal desejando boas festas e «um ano novo que, sendo feliz para si, o será para todos os portugueses», subscrevendo-se como «antigo discípulo e admirador grato». Em abril de 1965, quando completou 76 anos, o Chefe do Governo recebeu esta missiva de Vitorino Nemésio: «Permita V. Ex.^a que, pelo dia de hoje, lhe exprima uma alta estima de há quarenta anos, de quando me foi dada a honra de o ter por mestre, com uma nota que, por insignificante ou demasiado íntima, espero que seja desculpada.». Seguiu-se o relato do «desvanecimento» e da «comoção» que Francisco José Barcelos teve

ao receber um cartão de agradecimento de Salazar pela oferta de uma «miniatura alegórica» da ilha Terceira e o envio, por parte do escritor, de prospeto da exposição do jovem no SNI, «uns jornais com artigos meus e um livro meu, consagrado a um tio-avô do rapaz, o pároco da minha infância». Tudo permitiria ao ditador compreender «o ambiente em que cresceu o miniaturista ilhéu que considerava a maior ambição da sua vida deixar ao filho a prova e a memória de um encontro com Salazar. Este meu gesto é que, valendo muito menos, nem consegue ser tão miniatral como o dele».

Mais tarde, em agosto de 1967, Vitorino Nemésio agradeceu ao Chefe do Governo a «generosidade e honra da distinção proposta». Tratava-se provavelmente do Prémio Nacional de Literatura, que nesse ano lhe foi atribuído pelo SNI. Salazar recebeu ainda um cartão não datado em que o escritor lhe apresentou «respeitosos cumprimentos de despedida» (ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Particular, 191)⁽⁶⁾.

Não faltaram ao grande nome da República das Letras honras atribuídas pelo Estado Novo: foi feito Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1961) e Grande-Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (1967) e recebeu o Prémio Nacional de Literatura, atribuído pelo SNI (1967)⁽⁷⁾. Presidiu à comissão comemorativa do quinto centenário do nascimento de Gil Vicente (1965) (*V Centenário de Gil Vicente*, Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1965) e integrou as que assinalaram o quinto centenário da morte do infante D. Henrique (1960) – onde também lhe encomendaram uma biografia do *Navegador* (Catroga 1998: 285-294; João 2002: 284, 583-585) – e o quarto centenário da publicação da primeira edição de *Os Lusíadas* (1972)⁽⁸⁾.

Ainda assim, Vitorino Nemésio teve, nos anos 50 e 60, uma ou outra posição não consentânea com uma fidelidade extrema ao Estado Novo ou que, pelo menos, assim poderia ser interpretada pelas autoridades. Em março de 1959, esteve presente numa homenagem a Jaime Cortesão, que pouco tempo antes regressara a Portugal após um exílio de cerca de 30 anos (ANTT, PIDE / DGS, Serviços Centrais, proc. 7393). Em junho

(6) As cartas de Vitorino Nemésio a Salazar foram resumidas por Enes 1997, sem a indicação da respetiva cota arquivística.

(7) Remeto, uma vez mais, para os estudos citados na nota 1.

(8) Foi convidado por Marcelo Caetano em 29 de abril de 1971. Cfr. BNP, ACPP, Espólio 11, caixa 32, doc. 988.

de 1962, no rescaldo da crise académica, foi um dos subscritores de uma declaração de vários professores da Universidade de Lisboa – entre os quais se contavam Barahona Fernandes, Delfim Santos, Jaime Celestino da Costa e Lindley Cintra – considerando da maior urgência a revisão do estatuto universitário e a elaboração de legislação circum-escolar «que tenha em conta as circunstâncias atuais» (Ferro 1996: 475).

Pelo menos por duas vezes, em agosto de 1969 e em março de 1973, a polícia política solicitou ao respetivo gabinete técnico tudo o que ali constasse a respeito de Vitorino Nemésio (ANTT, PIDE / DGS, Serviços Centrais, procs. 3693 e 7393).

O grande escritor mostrou ainda o seu apreço pela liberdade de expressão ao testemunhar, no longo processo que se arrastou entre 1966 e 1973, a favor dos responsáveis pela publicação da *Antologia da poesia portuguesa erótica e satírica*, incluindo a compiladora, Natália Correia, o editor, Francisco Ribeiro de Mello, e alguns dos poetas antologados. Outros vultos da intelectualidade portuguesa também o fizeram, como Almada Negreiros, António Manuel Couto Viana, Bernardo Santareno, Hernâni Cidade, Urbano Tavares Rodrigues e Vergílio Ferreira (Martins 2023: 289).

Parte da correspondência trocada com Marcelo Caetano mostra algum agrado de Vitorino Nemésio com a governação do sucessor de Salazar. Em setembro de 1971, felicitou-o pelos três anos de «trabalhos ciclópicos»⁽⁹⁾. Em dezembro, salientou: «É um gosto ir como que decifrando o que considero o seu discreto e firme código de capitão desta nossa velha nau que ainda parece pairar no Cabo das Tormentas»⁽¹⁰⁾. Em novembro de 1972, ao agradecer a oferta do livro *Progresso em Paz*, de Marcelo Caetano, considerou-o «de um realismo em cujas entrelinhas se sente o sacrifício de desenvolvimentos e matizes de pensamento que a posição pragmática de governo aconselha a fazer (obra-prima política)». E, na mesma missiva, pareceu resumir a sua forma de ser e de agir quando aludiu à sua «liberdade de velho intelectual bravio, ainda que cordato» (Antunes 1985: 412-413).

Contudo, em 18 de outubro de 1971, confessou, no seu diário, custar-lhe acompanhar Marcelo Caetano «num oportunismo político em que só ele terá desculpas», lamentando a mutilação feita pela censura de um

(9) ANTT, Arquivo Marcelo Caetano, caixa 140, Correspondência. Nemésio, Vitorino, n.º 17.

(10) ANTT, Arquivo Marcelo Caetano, caixa 140, Correspondência. Nemésio, Vitorino, n.º 18.

passo sobre a guerra colonial num artigo saído no *Diário Popular*: «Afinal a tal ou qual sensação de liberdade de imprensa que temos é a benefício de inventário... O Marcelo que ideamos é um prisioneiro do passado ou, pelo menos, um *smorzo* dele?...» (Morna, Duarte, Vasconcelos 2001: 193).

Numa entrevista concedida à revista *Flama*, em março de 1973, Vitorino Nemésio garantiu que o diário *O Século*, se viesse a ser dirigido por si, iria refletir o «pluralismo de opinião, a tolerância, o diálogo, a representatividade dos grupos, o direito de resposta» e teve a seguinte nota a respeito da censura, então denominada exame prévio: «A lei declara-o um recurso de emergência, atendendo a determinada situação do país: a guerra do Ultramar. Mesmo assim, resta muita margem para o diálogo e o pluralismo» (*Flama* 30 de março de 1973: 32-33). Decorriam à data negociações, que acabaram por se frustrar, para o grande escritor assumir a direção do referido periódico, que era claramente independente do poder político (Tengarrinha 2000). Aliás, o próprio Marcelo Caetano definiu-o, já depois da sua saída do poder, como um «jornal de centro-esquerda» (Caetano 1974: 73).

Depois do 25 de abril de 1974

Vitorino Nemésio congratulou-se com a mudança política operada em Portugal depois de 25 de abril de 1974. No seu programa televisivo *Se bem me lembro*, saudou, em 25 de maio, os «grandes dias que vivemos», apesar de os considerar «de incerteza» e classificou o 1.º de maio desse ano como «dia maravilhoso que realmente foi». Em 1 de junho, regozijou-se pela «construção de um Estado democrático» dentro dos modelos da Europa Ocidental. Em 31 de agosto, lamentou a «imaturidade política», a «imaturidade cívica» e a «impreparação social» do povo português, atribuindo-o aos três regimes políticos anteriormente vigentes, a Monarquia constitucional, a Primeira República e o Estado Novo. Nesses meses dissertou sobre crises históricas, abordou os conceitos de liberdade, de democracia e de revolução e referiu-se ao centralismo e ao regionalismo⁽¹¹⁾.

(11) Estes programas acham-se disponíveis em <https://arquivos.rtp.pt/programas/se-bem-me-lembro/>. [acedido em 3 de outubro de 2024].

Foi crítico do rumo que Portugal tomou depois de março de 1975, quando uma ditadura parecia querer suceder à que fora erradicada em abril do ano anterior. Não esteve sozinho neste diagnóstico, acompanhando-o outros grandes nomes da República das Letras, como David Mourão Ferreira (Ferreira 2016), Miguel Torga (Leão 2018) e Natália Correia (Martins 2023: 384-420). Não deixou de confidenciar a alguém que lhe era próximo, o seu antigo aluno e assistente António Machado Pires: «Isto parecia uma coisa, mas está a ficar outra». Ao mesmo interlocutor lamentou também os saneamentos de docentes então verificados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, comentando: «Muito mal começado!» (Pires 2015: 46)⁽¹²⁾. Em textos de setembro de 1975, falou de uma «convulsão apocalíptica» e de uma «hora bem trágica da vida portuguesa» (Nemésio 1975: 21, 38). Também criticou o processo de independência dos espaços ultramarinos portugueses, escrevendo, em março de 1976, que se deu «de mão beijada e, quase em poucos minutos, históricas posições territoriais e humanas que deviam ter sido descolonizadas lentamente» (*O Dia*, ano I, n.º 69, Lisboa, 5 de março de 1976: 9).

Nos últimos meses de 1975, o seu programa televisivo foi suspenso. O general Santos Costa – de quem fora colega em Coimbra e que nos anos 30 a 50 foi o homem forte das Forças Armadas – em cartão de 23 de novembro desse ano, anotou: «o Doutor Vitorino Nemésio não ficava bem em tal companhia...» (BNP, ACP, Espólio 11, caixa 9, doc. 1569). O destinatário respondeu: «Quantas vezes, passados os ardores idílicos do 25 de abril, pensei na limpeza de partir – ou silenciar-me, como agora se diz! Mas enfim, sentia-me enleado pela força do hábito de comunicar e pelas amabilidades, fictas ou sinceras dos homens da RTP» (Cruz 2004: 302). Também por esses dias, numa entrevista, declarou: «Percebi um gesto discriminatório por parte de uma minoria que tenta controlar a televisão. Eu desmanchava o ramo e desperdiçava tempo...» (*Tele semana. Revista semanal dos programas da TV*: 64). E, com um próximo, desabafou: «Que mal fazia eu!» (Pires 2015: 46).

Não causa estranheza que, em 1976, tenha apoiado a candidatura presidencial do general Ramalho Eanes, juntando-se a outros intelectuais de relevo, como João Gaspar Simões, Miguel Torga, Nikias Skapinakis, Sophia de Mello Breyner Andresen e Vergílio Ferreira (Martins 2023: 440-441).

(12) Sobre o afastamento de docentes universitários neste período, cfr. Serra 2008; Pinto 2018.

Tal como não admira que, entre 11 de dezembro de 1975 e 25 de outubro do ano seguinte, tenha sido o primeiro diretor do jornal *O Dia*, tendo David Mourão Ferreira como diretor adjunto. Tratava-se de um periódico que rapidamente foi identificado com a direita. Durante a sua gestão, teve colaboradores tão diferentes como Alexandre O' Neil, Aníbal Cavaco Silva, António Alçada Batista, António Manuel Couto Viana, Fernando Namora, Henrique Barrilaro Ruas, Jaime Gama, João Palma Ferreira, Joel Serrão e Natália Correia. No primeiro número, num editorial não assinado mas onde, sem dificuldade, se reconhece a forma de escrever de quem se classifica como «velho trabalhador de jornais cansado de tanto ver», foi saudado o «nascer, frágil mas integro, para a vida de comunicação de um povo e nação como a nossa, que, apesar de tão duramente abalada, esperamos ainda traga no ventre a verdadeira revolução» (*O Dia*, ano I, n.º 1, Lisboa, 11 de dezembro de 1975: 1).

Quando, no verão de 1976, Santos Costa lhe solicitou a publicação, em *O Dia*, de um conjunto de artigos de resposta a outros que tinham saído em *A Luta* a seu respeito (BNP, ACPP, Espólio 11, caixa 9, doc. 1570), Vitorino Nemésio acedeu e não se conteve no comentário: «Esse incidente de informação consigo é exemplarmente triste. Que pobre povo o nosso! Que dissolução da vergonha nacional liquidatários da História!» (Cruz 2004: 303).

Demitiu-se por discordar com a grande publicidade que *O Dia* deu da saída de um livro que acusava de cumplicidade no assassinio de Humberto Delgado vários políticos então no auge da sua atividade. Na edição de 25 de outubro de 1976, considerou não poder «levar à paciência que se avenge, ou sequer tímida e cautelosamente se sugira» nesse contexto o nome de Mário Soares, «com cuja política de líder socialista e de primeiro-ministro não coincido, mas sobre cuja lucidez, generosidade, idealidade, cultura e sobretudo honradez não tenho a mínima dúvida» (*O Dia*, ano I, n.º 263, Lisboa, 25 de outubro de 1976: 1 e 10)⁽¹³⁾.

Sempre preocupado com os Açores, Vitorino Nemésio debruçou-se, em setembro de 1975, num conjunto de artigos, sobre o futuro do arquipélago. Num deles, referiu que o açoriano reagiu mal «perante as injunções» do momento revolucionário que se via, acrescentando que, tendo embora muito a reivindicar «no plano da justiça social, põe acima

(13) Vitorino Nemésio informou o Conselho da Imprensa da sua demissão. Cfr. ANTT, Conselho da Imprensa, Processos Individuais, caixa 248, pasta 138.

de tudo o nível da paz existencial e pública que atingiu». Por outro lado, «detesta que o catequizem em nome de qualquer forma de progresso» (Nemésio 1975: 19). Num outro artigo, pode ler-se: «Seja qual for a configuração de direito público que o povo dos Açores venha a tomar, o que é notável, imediatamente histórico, é o grau de consciência a que chegou da sua singularidade territorial e cívica» (Nemésio 1975: 35). E, num terceiro texto, quase em jeito de remate, escreveu: «Como não haviam de mandar em suas nove casas quem ficou ‘adjacente’ à custa de seus pais históricos apenas em precárias constituições e códigos administrativos» (Nemésio 1975: 38).

O seu nome foi ventilado, no verão de 1975, como presidente da República de um hipotético futuro Estado independente insular e a Frente de Libertação dos Açores (FLA) chegou ao ponto de por a circular em Ponta Delgada notas de banco de uma moeda inexistente, o açor, com a efígie de Vitorino Nemésio. Aparentemente, o grande escritor foi alheio a tudo isto e a FLA deve ter tentado servir-se da sua prestigiante figura (Ferreira 1988: 91-95).

Posteriormente, o autor de *Mau tempo no canal* integrou, com Álvaro Monjardino, Carlos Bettencourt, Henrique Granadeiro, João Salgueiro, Manuel Meneses, Miguel Galvão Teles e Mota Pinto, uma comissão nomeada pelo Conselho da Revolução para rever o projeto de Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores, que havia sido produzido pela Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional (Ferreira 2008: 352).

Em julho de 1977, Vitorino Nemésio depôs em tribunal num dos muitos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa a que foi sujeita a jornalista Vera Lagoa, a quem chamou «camarada de letras», classificando a sua ação em *O Diabo* como «função social muito útil», uma vez que «a função dos jornalistas polémicos ao longo dos últimos cento e cinquenta anos da história portuguesa, foi sempre indispensável para clarificar e decidir situações e tem tido um papel de relevo no juízo histórico». Estando em causa ter-se sentido o major Melo Antunes injuriado, o consagrado autor, depois de discorrer longamente sobre o significado da palavra, rematou, provocando hilaridade na sala de audiências: «atendendo a que o povo português é particularmente suscetível», talvez fosse de usar, em alternativa a «injuriado», a palavra «enxofrado» (Câmara 2021: 313-213)

Também se sabe que Vitorino Nemésio esteve prestes a retomar o seu papel na Maçonaria que, condenada na prática à clandestinidade

em 1935, conheceu uma reativação a partir de 1974. Um documento interno da mesma assegura:

Comportou-se sempre como um verdadeiro maçom. Esteve afastado alguns anos da atividade, mas o processo da sua regularização na Respeitável Loja Liberdade e Justiça encontrava-se em vias de conclusão, a fim de retomar os trabalhos, o que não se verificou, por pouco depois ter passado ao Oriente Eterno” (Ventura 2012: 830).

Em jeito de conclusão

Há alguma ambiguidade no posicionamento político de Vitorino Nemésio durante a ditadura militar e o Estado Novo. Claramente um opositor, não teve qualquer ativismo de relevo. Gradualmente deixou, decerto por questões de sobrevivência, de se empenhar em mudanças políticas, embora tenha tomado uma ou outra atitude menos consentânea com um apoio indefetível ao regime, por exemplo em 1945 e em 1962, mas nunca com um envolvimento que lhe pudesse trazer dissabores de maior. Viu colegas serem afastados da universidade em 1935 e em 1946-1947 e não quis ser mais um nome na lista. Entretanto, pelo menos entre 1936 e 1973, mereceu as atenções da polícia política, mas sempre de forma discreta, nunca tendo sido verdadeiramente incomodado. Progressivamente foi-se tornando uma figura benquista do Estado Novo, ao ponto de ter exercido um cargo de confiança política, de ter integrado comissões governamentais comemorativas de eventos de caráter cultural e de ter visto o seu nome sugerido para integrar a Câmara Corporativa. É verdade que esse tipo de integração de alguém com um passado político duvidoso ocorreu com outras figuras. Lembrese o caso de Adriano Moreira que, rotulado na década de 40 como anti situacionista, tornou-se, em 1957, procurador à Câmara Corporativa e chegou, em 1961, a ministro do Ultramar, integrando o restrito grupo dos potenciais sucessores de Salazar (Oliveira 1996; Lucena 2015: 265-371). Mas, no tocante a grandes vultos da República das Letras, Vitorino Nemésio parece ter sido caso único, achando-se muito longe de Aquilino Ribeiro, Fernando Namora, Jorge de Sena e Miguel Torga, que conheceram ou a prisão ou o exílio ou a apreensão de livros ou mais do que uma destas situações (Torgal et al. 2022). Talvez possa ser integrado

num grupo de universitários «que se acomodavam ou favoreciam as lógicas do regime», acabando por abrir portas «à institucionalização académica da pesquisa», para usar as palavras de Diogo Ramada Curto, que exemplificou com os historiadores Damião Peres e Virgínia Rau, o geógrafo Orlando Ribeiro, o jurista Adriano Moreira e o economista e sociólogo Adérito Sedas Nunes (Curto 2023: 328). A estes nomes será lícito eventualmente acrescentar, não só o de Vitorino Nemésio, como os de dois colegas de faculdade e de área de conhecimento, Hernâni Cidade e Jacinto Prado Coelho.

Tendo saudado a queda do Estado Novo, ao autor de *Mau tempo no canal* desagradou o rumo que o país seguiu, sobretudo depois de março de 1975 e engrossou o grupo dos que entendiam preferível a adoção de um modelo semelhante ao das democracias da Europa Ocidental. Por outro lado, como pensador da açorianidade, não deixou de participar ativamente no debate sobre a autonomia do seu arquipélago natal.

Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Arquivo Marcelo Caetano, caixa 140, Correspondência. Nemésio, Vitorino, n.ºs 1, 3, 6, 17, 18

« — » Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Particular, 191; Negócios Estrangeiros-4B, caixa 376, pasta 2.

« — » Conselho da Imprensa, Processos Individuais, caixa 248, pasta 138.

« — » PIDE/ DGS, Serviços Centrais, proc. 3693, 7393.

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC). Espólio D11, documentos 4832, 4833, 4834.

« — » Espólio 11, caixa 6, doc. 979; caixa 9, doc. 1569, 1570; caixa 32, doc. 988, 6962, 6963; caixa 96.

« — » Espólio 15, documentos 2444, 2447, 2450, 2453.

Fontes impressas

Antunes, José Freire (1985). *Cartas Particulares a Marcello Caetano*. vol. II. Lisboa: Dom Quixote.

- Caetano, Marcelo (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: São Paulo, Record.
- Centenário (V) de Gil Vicente (1965). Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- Cruz, Manuel Braga da (2004). *Correspondência de Santos Costa. 1936-1982*. Lisboa, São Paulo: Verbo.
- « — » (2008). *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência. 1931-1950*. [Lisboa]: Verbo.
- Dia (O)*. Lisboa, 1975-1976.
- Dios, Ángel Marcos de (1978). *Epistolario Português de Unamuno*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Enes, Carlos (1997). “Correspondência de Nemésio com Salazar”, *Correio dos Açores*, 78, 22649, V.
- Ferro, João Pedro (1996). *A primavera que abalou o regime. A crise académica de 1962*. Lisboa: Presença.
- Flama*, ano XXIX, n.º 1306, Lisboa, 30 de março de 1973.
- Gente Nova*, ano I, n.º 1, Coimbra, 9 de abril de 1927.
- Marques, Maria Alegria Fernandes (1987). *Correspondência de Rodrigues Lapa. Seleção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva.
- Nemésio, Vitorino (1971). “Última lição”, in *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Vitorino Nemésio*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, XVII-XLI.
- « — » (1975). *Açores: actualidade e destinos*. Angra do Heroísmo: Atlântida.
- Pires, António Machado (2015). *Memórias e Reflexões*. Ponta Delgada: Publiçor.
- Tele semana. Revista semanal dos programas da TV*, n.º 148, Lisboa, 21 de novembro de 1975.

Bibliografia

- Acciaiuoli, Margarida (2013). *António Ferro. A vertigem da palavra. Retórica, política e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Bizâncio.
- Alves, Vera Marques (2013). *Arte popular e nação no Estado Novo. A política folclorista do Secretariado de Propaganda Nacional*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Câmara, Maria João da (2021). *Vera Lagoa. Um diabo de saias*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Catroga, Fernando (1998). “Ritualizações da história”, in Luís Manuel Reis Torgal (ed.), *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*.

- Vol. II (*Da historiografia à memória histórica*). Lisboa: Temas e Debates, 285-294.
- Curto, Diogo Ramada (2023). *Um país em bicos de pés. Escritores, artistas e movimentos culturais*. Lisboa: Edições 70.
- Esquível, Patrícia (1996). “Silva, Vitorino Nemésio Mendes Pinheiro da”, in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (eds), *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 913-915.
- Faria, Telmo (2000). “Revoltas de fevereiro de 1927”, in António Barreto, Maria Filomena Mónica (eds), *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IX. Porto: Figueirinhas, 248-250.
- Farinha, Luís (1998). *O revivalho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa: Presença.
- Ferreira, David Mourão (1987). *O essencial sobre Vitorino Nemésio*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- « — » (1997). “Nemésio, Vitorino”, in Jacinto do Prado Coelho (ed.), *Dicionário de Literatura*. Vol. III, 4.^a edição. Porto: Mário Figueirinhas, 707-708.
- Ferreira, David (2016). “Mourão-Ferreira, David”, in António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos (eds.). *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 58-65.
- Ferreira, José Medeiros (2008). “A revolução autonómica”, in Artur Teodoro de Matos, Avelino Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite (eds.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. Vol. I. Ponta Delgada: Instituto Açoriano de Cultura, 322-357.
- Ferreira, Manuel (1988). *Vitorino Nemésio e a Sapateia açoriana. Loucura ou traição?*. Ponta Delgada: edição do autor.
- Garcia, José Manuel (1978). *Vitorino Nemésio. A Obra e o Homem*. Lisboa: Arcádia.
- Gouveia, Maria Margarida Maia (1986). *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- João, Maria Isabel (2002). *Memória e império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: FCG, FCT.
- Júdice, Nuno (2000). “Silva, Vitorino Nemésio Mendes Pinheiro da”, in António Barreto, Maria Filomena Mónica (eds), *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IX. Porto: Figueirinhas, 429-430.
- Leão, Isabel Ponces de (2018). “Torga, Miguel”, in António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos (eds.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*. Vol. VIII. Porto: Figueirinhas, 167-178.

- Lucena, Manuel de (2015). *Os lugares-tenentes de Salazar. Biografias*. Lisboa: Aletheia.
- Marques, A. H. de Oliveira (1986). *Dicionário de Maçonaria portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Delta.
- Martins, Filipa (2023). *O dever de deslumbrar. Biografia de Natália Correia*. Lisboa: Contraponto.
- Morna, Fátima Freitas (1999). "Nemésio, Vitorino", in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. 3. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1087-1091.
- Morna, Fátima Freitas, Duarte, Luiz Fagundes, Vasconcelos, Manuela (2001). *Vitorino Nemésio (1901-1978). A rotação da memória. Exposição comemorativa do centenário do nascimento. Catálogo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura.
- Ó, Jorge Ramos do (1999). *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "política do espírito". 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Presença.
- Oliveira, César (1996). "Moreira, Adriano José Alves", in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (eds), *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 628-629.
- Pimentel, Irene Flunser (2013). *História da oposição à ditadura. 1926-1974*. Porto: Figueirinhas.
- Pinto, António Costa (2018). "Saneamentos", in António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos (eds.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*. Vol. VII. Porto: Figueirinhas, 275-283.
- Prista, Luís (2013). "O ensino linguístico e de literatura", in Sérgio Campos Matos, Jorge Ramos do Ó (eds), *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX*. Vol. II. Lisboa: Tinta-da-China, 982-1085.
- Rosas, Fernando, Sizifredo, Cristina (2013). *Estado Novo e universidade. A perseguição aos professores*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Serra, Pedro Miguel Coelho (2008). *Os saneamentos políticos no ensino (1974-1976)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (dissertação de mestrado de História Contemporânea).
- Silva, Maria Isabel Mercês de Melo de Alarcão e (1994). *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo (1945-1948)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (dissertação de mestrado de História dos séculos XIX e XX, secção século XX).

- Tengarrinha, José Manuel (2000). “Século, O”, in António Barreto, Maria Filomena Mónica (eds), *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IX. Porto: Figueirinhas, 409-410.
- Torgal, Luís Reis et al. (2022). *Brandos costumes... O Estado Novo, a PIDE e os intelectuais*. Lisboa: Temas e Debates.
- Valdemar, António (2002). *Vitorino Nemésio. Sem Limite de Idade*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- Ventura, António (2012). *Uma história da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores.

